

# Randon Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações  
financeiras de 30 de  
junho de 2025

**Randon Administradora de Consórcios Ltda.**

CNPJ 91.108.027/0001-58

NIRE 43205277921

**Relatório da Administração**

Prezados,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Randon Consórcios ou Administradora") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Randon Consórcios foi fundada em 06 de agosto de 1987 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 1988. Prestadora de serviços financeiros, por meio da administração de consórcios, integra o braço de serviços da Randoncorp, um dos maiores grupos privados do Brasil. Hoje, a Administradora, que opera em sete segmentos de mercado, é uma das líderes de consórcios de pesados e está entre as maiores administradoras de consórcios de imóveis.

A Administradora atua com a marca Racon nos segmentos de imóveis e veículos, a marca Yeah para a comercialização digital, principalmente para o segmento de serviços e sob a marca de parceiros de negócios, situação na qual se enquadram o Consórcio Nacional Randon, de implementos rodoviários, o Consórcio Nacional John Deere, de máquinas e equipamentos agrícolas, o Consórcio Volare, de micro-ônibus e o Consórcio Nacional DAF, de caminhões pesados. Por meio das franquias Racon e da rede de vendas dos parceiros fabricantes, a Randon Consórcios está presente em todo o território nacional, aliando a economia, o planejamento e as demais vantagens do consórcio à aquisição de bens.

Para a Randon Consórcios, o ano de 2025 chegou com a expectativa de crescimento, visto os bons números atingidos em 2024.

A marca Racon continua em expansão e contribui significativamente para os resultados da Randon Consórcios, apresentando crescimento em relação a 2024. A rede de parceiros demonstra estabilidade mesmo diante do cenário de incertezas. Neste contexto, a Randon Consórcios seguiu empenhada em manter a sua trajetória com foco na manutenção dos seus resultados sustentáveis e o cuidado com as pessoas.

A taxa de administração agregada acumulada refere-se ao valor a receber futuro, a título de taxa de administração das cotas ativas na data-base. Em 2025 a Administradora teve um incremento em relação ao comparativo com o exercício de 2024, conforme demonstrado abaixo:

Em milhares de reais

	2025	2024	2024
	1º Semestre	1º Semestre	Exercício
Taxa agregada acumulada	2.431.564	1.879.199	2.126.849

A Randon Consórcios, em 30 de junho de 2025 detinha uma carteira de cotas ativas composta de 106.824 cotas, distribuídas em 168 grupos ativos, com incremento de 5% sobre total de cotas ativas em 31 de dezembro de 2024.

Em relação as cotas vendidas tivemos um crescimento de 8% comparado com o mesmo período de 2024.

(Valores nominais)

	2025	2024	2024
	1º Semestre	1º Semestre	Exercício
Quantidade de cotas ativas	106.824	94.244	101.813
Quantidade de cotas vendidas	11.663	10.767	26.569

**A Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos**

O Contrato Social da Administradora prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, a menos que de outra forma seja acordado pelas partes. O saldo remanescente será transferido para Reserva Geral de Lucro, podendo, a critério das sócias, ser distribuído como lucros adicionais ou capitalizado.

Em 2025 foi acordado a distribuição de 75% do resultado referente ao exercício de 2024 sob forma de dividendos e juros sobre capital próprio, sendo pago 30% no primeiro semestre e 45% no segundo semestre.

Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas no primeiro semestre de 2025.

Desempenho

Em 2023, o Banco Central do Brasil (BCB) publicou a Resolução BCB nº 352/23, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhados aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9.

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que as administradoras de consórcios devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificá-los e mensurá-los conforme os modelos de negócios estabelecidos para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a Resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

Com a implementação da resolução a partir de 01 de janeiro de 2025 os indicadores abaixo EBITDA e Lucro Líquido foram impactados, principalmente em função das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

- a) Receita Líquida – resultado do 1º semestre de 2025 foi de R\$ 208 milhões, 19% maior em relação ao mesmo período de 2024;
- b) Despesas Comissão – resultado do 1º semestre de 2025 foi de R\$ 55 milhões, 62% maior observando o mesmo período de 2024;
- c) EBITDA – resultado do 1º semestre de 2025 foi de R\$ 97 milhões, acréscimo de 5% comparado com o mesmo período de 2024;
- d) Lucro Líquido – resultado no 1º semestre de 2024 foi de R\$ 65 milhões, 5% maior comparado com o mesmo período de 2024.

Negócios sociais

A Randon Consórcios contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. Adicionalmente, a Rands, onde a Randon Consórcios está inserida conquistou novamente a certificação GPTW - Great Place to Work®, sendo essa conquista atribuída à cultura organizacional centrada em pessoas valorizadas e respeitadas, e ao compromisso com um ambiente de trabalho colaborativo, diverso e inovador.

Contratação de auditoria independente:

A Randon Consórcios que é umas das empresas integrante a Randoncorp, que possui processo de contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. As informações de honorários relativos a auditoria independente é disponibilizada anualmente, de forma consolidada, no formulário de referência da Randoncorp.

Estamos à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente.

**Augusto Giongo Letti**  
Diretor

**Rodrigo de Gasperi Portella**  
Diretor

# Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios	11
Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista  
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Telefone +55 (51) 3327-0200  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da**  
**Randon Administradora de Consórcios Ltda.**  
*Caxias do Sul/ RS*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2025 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.3.3 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

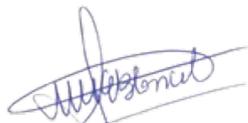
Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-0



Almir Eduardo Bertoncelo  
Contador CRC PR-052082/O

## Balço patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		<b>137.870</b>
Disponibilidades	6	1.154
Instrumentos financeiros		<u>41.615</u>
Títulos e valores mobiliários	8	41.615
Outros créditos		<u>16.667</u>
Rendas a receber	9	3.443
Outros créditos diversos	10	13.224
Outros valores e bens		<u>78.434</u>
Despesas antecipadas	11	78.434
<b>Não circulante</b>		<b>435.166</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>426.334</b>
Ativos fiscais diferidos	25.b	13.733
Outros ativos		<u>412.601</u>
Cotas de consorciados	12	27.424
Despesas antecipadas	11	372.442
Outros créditos diversos	10	12.735
<b>Permanente</b>		<b>8.832</b>
Imobilizado de uso	13	8.857
Depreciação acumulada	13	(4.557)
Intangível	13	17.578
Amortização acumulada	13	(13.046)
<b>Total do ativo</b>		<b>573.036</b>

	Nota	30/06/2025
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Outras obrigações		<b>133.638</b>
Fornecedores		2.691
Salários e encargos		7.492
Participação dos empregados e administradores		3.582
Obrigações fiscais e previdenciárias		7.624
Obrigações fiscais correntes		1.677
Passivo de contratos com clientes	14	79.237
Outras obrigações diversas	15	31.335
<b>Não circulante</b>		<b>211.758</b>
Provisões para contingências	16	3.261
Passivos fiscais diferidos	25.b	98.241
Recursos não procurados	17	331
Passivo de contratos com clientes	14	106.280
Outras obrigações diversas	15	3.645
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>227.640</b>
Capital social	18	30.000
Reserva de lucros		133.043
Ajustes de avaliação patrimonial		318
Lucros acumulados		64.279
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>573.036</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	30/06/2025
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>2.923</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.923
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>95.571</b>
Receitas de prestação de serviços	20	233.884
Provisão para perdas esperadas de grupos ativos		(2.000)
Provisão para perdas esperadas com empréstimos a grupos		(107)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.799)
Despesas de pessoal	28	(14.319)
Outras despesas administrativas	22	(101.139)
Despesas tributárias		(26.521)
Outras receitas operacionais	23	8.919
Outras despesas operacionais	23	(1.347)
Resultado operacional		98.494
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>98.494</b>
Tributos sobre o lucro	25.a	(33.033)
Imposto de renda corrente		(5.951)
Contribuição social corrente		(2.252)
Impostos diferidos		(24.830)
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>65.461</b>
Quantidade de quotas do capital (em milhares)	18	30.000
Lucro líquido por quota R\$		2,182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2025
<b>Lucro líquido no semestre</b>	<b>65.461</b>
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para resultado	-
<b>Total do resultado abrangente do semestre</b>	<b>65.461</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	30.000	139.094	318	-	169.412
Ajuste inicial na adoção da Resolução BCB nº 352/23 e Resolução BCB nº 178/22 (Nota 13)	-	-	-	(1.182)	(1.182)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>30.000</b>	<b>139.094</b>	<b>318</b>	<b>(1.182)</b>	<b>168.230</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	65.461	65.461
<b>Destinação do lucro:</b>					
Distribuição de dividendos	-	(6.051)	-	-	(6.051)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>30.000</b>	<b>133.043</b>	<b>318</b>	<b>64.279</b>	<b>227.640</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do fluxo de caixa - método indireto Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do semestre		65.461
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciação e amortização	13	1.720
Reversão para pagamento de comissões	15	2.993
Reversão para pagamento de incentivo de vendas	15	(13.524)
Reversão para perdas esperadas com empréstimos - grupos encerrados	10 e 23	(19.511)
Provisão para perdas esperadas com grupos ativos	23	2.000
Provisão de participação nos resultados	21	2.594
Outras Reversões operacionais		(2.355)
Provisão para devedores duvidosos		1.799
Variação Monetária		(1.135)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	25.a	33.033
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>73.075</b>
Variações nos ativos e passivos		
Aumento títulos e valores mobiliários		(757)
Aumento outros créditos		(6.062)
Aumento outros valores e bens		(56.200)
Aumento outros passivos		32.838
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.208)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>36.686</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Variação em investimentos		25
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	13	(588)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(563)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:		
Pagamento de dividendos e JCP	18	(35.476)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(35.476)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>647</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		507
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	1.154
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>647</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		<b>4.235.792</b>
Caixa e equivalente a caixa		554
Aplicações financeiras	7	1.335.411
Outros créditos		2.899.827
Bens retomados ou devolvidos		13.432
Direitos junto a consorciados contemplados		2.886.395
<b>Compensação</b>		<b>36.536.929</b>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		166.417
Contribuições devidas ao grupo		18.444.455
Valor dos bens ou serviços a contemplar		17.926.057
<b>Total do ativo e compensação</b>		<b>40.772.721</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		<b>4.235.792</b>
Outras obrigações		4.235.792
Obrigações com consorciados		2.543.489
Valores a repassar		21.086
Obrigações por contemplações a entregar		1.139.047
Obrigações com a administradora		447
Recursos a devolver a consorciados		320.989
Recursos dos grupos		210.734
<b>Compensação</b>		<b>36.536.929</b>
Recursos mensais a receber de consorciados		166.417
Obrigações do grupo por contribuições		18.444.455
Bens ou serviços a contemplar		17.926.057
<b>Total do passivo e compensação</b>		<b>40.772.721</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2025
<b>Disponibilidades no início do semestre</b>	<b>1.214.663</b>
Depósitos bancários	4.368
Aplicações financeiras do grupo	163.452
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.046.843
<b>(+) Recursos coletados</b>	<b>1.753.515</b>
Contribuições para aquisição de bens	1.410.964
Taxa de administração	238.895
Contribuições ao fundo de reserva	15.022
Rendimentos de aplicações financeiras	64.394
Multas e juros moratórios	3.082
Prêmios de seguros	5.575
Custas judiciais	77
Outros	15.506
<b>(-) Recursos utilizados</b>	<b>(1.632.213)</b>
Aquisição de bens	(1.339.311)
Taxa de administração	(240.736)
Multas e juros moratórios	(1.535)
Prêmios de seguros	(5.556)
Custas judiciais	(524)
Devolução a consorciados desligados	(26.046)
Outros	(18.505)
<b>Disponibilidades no final do semestre</b>	<b>1.335.964</b>
Depósitos bancários	554
Aplicações financeiras do grupo	196.363
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.139.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), sediada em Avenida Rubem Bento Alves, nº 1469, Bairro Interlagos em Caxias do Sul – RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. A Administradora é controlada diretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações – Randoncorp e indiretamente pela Dramd Participações e Administração Ltda.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e com base na Resolução BCB 02 de 12 de agosto de 2020, bem como, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis a administradoras de consórcio. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados e vigentes pelo BACEN são:

Pronunciamento	Descrição Pronunciamento	Resolução BCB/CMN
CPC 00 (R2)	Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual	BCB 120/21;
CPC 01 (R1)	Redução do valor recuperável de ativos	BCB 120/21;
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	CMN 4.524/16;
CPC 03 (R2)	Demonstração dos fluxos de caixa	BCB 02/20;
CPC 04 (R1)	Ativo intangível	BCB 07/20;
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre partes relacionadas	BCB 02/20;
CPC 06 (R2)	Arrendamentos	BCB 178/22;
CPC 10 (R1)	Pagamento baseado em ações	BCB 08/20;
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro	BCB 120/21;
CPC 24	Eventos subsequentes	BCB 02/20;
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	BCB 09/20;
CPC 27	Ativo imobilizado	BCB 06/20;
CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	BCB 59/20;
CPC 41	Resultado por ação	BCB 02/20;
CPC 46	Mensuração do valor justo	BCB 120/21; e
CPC 47	Receita de contrato com cliente	BCB 120/21.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para o períodos findo em 30 de junho de 2025.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria em 25 de agosto de 2025.

### 2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Administradora.

### 2.2 Principais políticas contábeis

A Administradora aplica de modo consistente as políticas contábeis e as mesmas são apresentadas em cada nota explicativa.

#### 2.2.1 Políticas contábeis – Grupos de Consórcios

##### a) Direitos junto a consorciados contemplados

Representam as contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva de consorciados contemplados, atualizados com base no valor do bem vigente.

b) Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada, atualizados com base no valor do bem vigente.

c) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

d) Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, devidamente atualizados.

e) Recursos dos grupos

Representam os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formado pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas à contemplação, multa, juros e outros valores retidos.

f) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimento de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzida da taxa de administração e dos prêmios de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

g) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos calculados com base no valor do bem vigente em 30 de junho de 2025.

h) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

i) Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupo

(a) Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

(b) Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

### 2.3 Adoção de Novas Normas e Interpretações

Nas demonstrações financeiras preparadas na data-base de 30 de junho de 2025, as normas e interpretações a seguir, foram adotadas pela Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), a partir de 01 de janeiro de 2025, incluem a Resolução BCB nº 178 de 19/01/2022 e a Resolução BCB nº 352, de 23/11/2023, e quaisquer normas complementares.

### 2.3.1 Resolução BCB nº 178/22

A Resolução BCB nº 178 de 19 de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A resolução aprova a aplicabilidade do CPC 06 – Arrendamentos, que define critérios para o reconhecimento, mensuração e apresentação das operações de arrendamento mercantil.

A partir de 01 de janeiro de 2025, a Randon Administradora de Consórcios Ltda. passou a aplicar o reconhecimento dos contratos de aluguel existentes que se enquadram como arrendatário. Com isso, a Administradora optou por adotar a faculdade prevista no § 5º do artigo 2 da norma, aplicando o normativo aos contratos firmados antes da sua vigência, com o objetivo de alinhar-se aos padrões internacionais.

### 2.3.2 Resolução BCB nº 352/23 e complementares

Em 2023, o Banco Central do Brasil (BCB) publicou a Resolução BCB nº 352/23, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do Banco Central do Brasil que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e títulos e valores mobiliários (Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito..

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que as administradoras de consórcios devem avaliar seus instrumentos financeiros, classificá-los e mensurá-los conforme aos modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a Resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

Essas Resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as administradoras de consórcios relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros e reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

### 2.3.3 Impactos da Adoção Inicial das Novas Normas

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. adotou a disposição transitória prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23 e Resolução BCB nº 178/22 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido está demonstrando os efeitos da transição da norma em 01 de janeiro de 2025, e está apresentado na nota 18.

A Resolução BCB nº 352/23 descreve os critérios de classificação dos ativos financeiros, dessa forma, o quadro abaixo apresenta a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Classificação Ativos Financeiros	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo no resultado
Rendas a receber	Custo amortizado
Outros créditos	Custo amortizado

Não houve reclassificações ou remensurações dos ativos financeiros na adoção do normativo.

## 3. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre findo em 30 de junho de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Premissas e Estimativas	
Nota explicativa 9	Provisão para perdas esperadas de rendas a receber
Nota explicativa 10.a	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em empréstimos
Nota explicativa 15.c	Provisão para perdas esperadas com grupos ativos
Nota explicativa 16	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários
Nota explicativa 28	Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

## 4. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em:

	30/06/2025
Grupos administrados	168
Consorticiados ativos	106.824
Consorticiados desistentes/excluídos no exercício	4.035
Consorticiados desistentes/excluídos total	41.122
Bens pendentes de entrega	13.402
Bens entregues no exercício	3.976
Bens entregues total	32.735
Taxa de inadimplência	3,91%

## 5. Instrumentos financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Administradora são avaliados conforme normas contábeis vigentes. As normas estabelecem três categorias de mensuração: Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Essa classificação depende do modelo de negócio da empresa (como manter os ativos até o vencimento ou vendê-los) e do teste SPPI, que verifica se os pagamentos futuros são apenas de principal e juros.

### a) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A Resolução BCB nº 352/23 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros:

Modelo de Negócios: Representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;

SPPI Test ou Teste SPPJ (“somente pagamento de principal e juros”): avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

Com base nesses critérios, a Administradora realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros. Como resultado os instrumentos, podem ser mensurados como:

- i) Custo Amortizado: Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos nas categorias acima.

Não houve reclassificações ou remensurações dos ativos financeiros na adoção do normativo.

Para os passivos financeiros, e de acordo com a Resolução BCB nº 352/23 devem ser, em regra, classificados na categoria de custo amortizado, com algumas exceções que não se aplicam a Administradora.

Considerando esses critérios do normativo e a atual operação da Administradora, não foram identificados passivos financeiros que se enquadrem nas disposições previstas na Resolução.

b) Hierarquia do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Administradora não reclassificou seus instrumentos financeiros no período.

c) Baixa de Instrumentos Financeiros

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/23, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou;
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

Dados os estudos feitos pela Administradora, utilizando premissas baseadas na LGD, o write-off, onde o período de reconhecimento de não recuperação do valor é de 28 meses, conforme grupo homogêneo, a partir da sua marcação como ativo problemático.

Desta forma, quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando os dados históricos junto a administradora, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada.

d) Definição de Ativo Problemático

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa - Administradora

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem os depósitos bancárias à vista, as aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva contratação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 30 de junho de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa estão representados por:

	30/06/2025
Caixa e bancos	1.154
<b>Total</b>	<b>1.154</b>

## 7. Aplicações financeiras – Grupos de consórcios

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos e títulos públicos pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço, e custo de aquisição acrescido da receita auferida até a data do balanço, que não difere do valor de mercado.

O modelo de negócios e o teste de SPPJ (Somente Pagamento Principal e Juros) da Administradora direcionou para coleta dos fluxos de caixa em período de curto prazo, sendo assim essas aplicações foram, mensuradas pelo valor justo e classificado com valor justo ao resultado.

Em 30 de junho de 2025 os grupos de consórcios possuem aplicações interfinanceiras de liquidez, podendo ser resgatados em qualquer tempo, e estando registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, apresentados como segue:

Lastro das aplicações interfinanceiras	Hierarquia	Indexador	Remuneração	30/06/2025		Total
				Sem Vencimento	A vencer até 3 meses	
Grupos de consórcios						
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Nível 2	CDI	95,5%	-	438.860	438.860
Fundos de investimento	Nível 2	DI	1,20%	896.551	-	896.551
<b>Total</b>				<b>896.551</b>	<b>438.860</b>	<b>1.335.411</b>

## 8. Títulos e valores mobiliários - Administradora

O modelo de negócios e o teste de SPPJ (Somente Pagamento Principal e Juros) da Administradora direcionou para coleta dos fluxos de caixa em período de curto prazo, sendo assim os títulos e valores mobiliários também foram, mensuradas pelo valor justo e classificado com valor justo ao resultado.

Em 30 de junho de 2025, a Administradora possui somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos da remuneração média de 100,87% do CDI, condizente com o praticado pelo mercado, incorridos até a data do balanço e que não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

Títulos para negociação	Hierarquia	30/06/2025		Valores contábil
		Até 12 meses	Acima de 12 meses	
Certificado de depósito bancário (CDB Pós-fixado) (a)	Nível 2	-	41.262	41.262
Letra Financeira do Tesouro (LFT) (b)	Nível 2	328	-	328
Participação em Cooperativas		-	25	25
<b>Total</b>		<b>328</b>	<b>41.287</b>	<b>41.615</b>

- (a) Os certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 12 meses possuem conversibilidade imediata e foram mantidos no circulante;
- (b) O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido através de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, os valores estão mantidos no circulante.

A administradora aplica o CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação da hierarquia de mensuração. Atualmente, os instrumentos financeiros que a Administradora possui estão classificados na hierarquia de nível 2.

Esse instrumento está classificado como valor justo no resultado, conforme Resolução BCB 352/23.

## 9. Rendas a receber - Administradora

Refere-se a taxa de administração dos grupos de consórcios e reconhecida como receita na competência por ocasião da satisfação da obrigação de performance conforme CPC 47, aguardando recebimento dos clientes ou repasse dos grupos de consórcios para administradora.

	30/06/2025
Rendas a receber	9.658
(-)Provisão para perdas esperadas de rendas a receber	(6.215)
<b>Total</b>	<b>3.443</b>

Movimentação da provisão para perdas esperas de rendas a receber:

	30/06/2025
Saldo inicial	(5.539)
Constituição de provisão	(1.880)
Reversão de provisão	1.204
<b>Saldo final</b>	<b>(6.215)</b>

A Administradora realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para as cotas de Consórcio. Por pertencer ao segmento prudencial S4, adotou a metodologia simplificada para fins de cálculo da provisão. Conforme previsto no art. 78 da Resolução BCB nº 352/23 utiliza o maior valor de provisão entre os valores calculados pelos "Mínimos Bacen" (Anexos I e II da Res. Nº BCB 352/23) e o valor do modelo desafiante, calculado através de metodologia própria.

Esse instrumento está classificado como custo amortizado, conforme Resolução BCB 352/23.

## 10. Outros créditos diversos - Administradora

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar. A conta outros créditos - diversos possui a seguinte composição:

	30/06/2025
Empréstimos a grupos encerrados	3.148
(-)Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de credito em empréstimos (a)	(2.599)
Devedores diversos	1.312
Adiantamento e antecipações salariais	909
Impostos a compensar	23.112
Depósitos judiciais (Nota 16)	77
<b>Total</b>	<b>25.959</b>
Circulante	13.224
Não Circulante	12.735

(a) Referem-se a provisão para perdas esperadas com empréstimos, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base a resolução BCB 352/23 e política interna, onde, ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

Movimentação da provisão para perdas esperadas com empréstimos a grupos encerrados:

	30/06/2025
Saldo inicial	(21.164)
Constituição de provisão	(1.511)
Reversão de provisão	458
Baixa para perda	19.618
<b>Saldo final</b>	<b>(2.599)</b>

Esse instrumento está classificado como custo amortizado, conforme Resolução BCB 352/23.

## 11. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se basicamente as comissões pagas ou devidas com antecedência que atendem aos critérios de custos incrementais previstos no CPC 47, sendo amortizados ao resultado conforme o cumprimento da obrigação de desempenho da prestação de serviços. Abaixo sua composição:

	30/06/2025
Custos incrementais para obtenção de contratos	450.683
Outras despesas antecipadas	193
<b>Total</b>	<b>450.876</b>
Circulante	78.434
Não Circulante	372.442

## 12. Cotas de consórcio - Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 30 de junho de 2025 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	30/06/2025
Bens imóveis	16.825
Bens móveis	10.599
<b>Total</b>	<b>27.424</b>

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

## 13. Imobilizado de uso, intangível e arrendamentos - Administradora

O imobilizado e o ativo intangível são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas mencionadas abaixo, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 06/20 (imobilizado) e Resolução BCB nº 07/20 (intangível).

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Vida útil média	% ano
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos	10
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e periféricos	5 anos	20
Veículos	5 anos	20
Sistemas de processamento de dados	4 anos	25
Software em desenvolvimento	4 anos	25

O imobilizado de uso da Administradora possui a seguinte composição:

Imobilizado	Arrendamento de prédios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	-	546	2.214	2.772	52	5.584
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	3.106	-	-	-	-	3.106
Aquisições	99	-	7	178	-	185
Baixas	-	-	-	(117)	-	(117)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>3.205</b>	<b>546</b>	<b>2.221</b>	<b>2.833</b>	<b>52</b>	<b>8.857</b>
<b>Depreciação</b>						
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	-	(252)	(880)	(1.620)	(52)	(2.804)
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	(1.371)	-	-	-	-	(1.371)
Depreciação	(166)	(27)	(101)	(205)	-	(499)
Baixas	-	-	-	117	-	117
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>(1.537)</b>	<b>(279)</b>	<b>(981)</b>	<b>(1.708)</b>	<b>(52)</b>	<b>(4.557)</b>
Valor residual em 01 de janeiro de 2025	-	294	1.334	1.152	-	2.780
<b>Valor residual em 30 de junho de 2025</b>	<b>1.668</b>	<b>267</b>	<b>1.240</b>	<b>1.125</b>	<b>-</b>	<b>4.300</b>

A Resolução BCB nº 178/22, descreve critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento. A Randon Administradora de Consórcios optou por adotar a norma de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2025. Atualmente, possui apenas um contrato de atende aos critérios de reconhecimento do CPC 06 e está vigente desde de junho de 2020 com prazo de 10 anos.

Abaixo estão apresentadas as movimentações dos intangíveis:

Intangível	Intangível em andamento	Software e licenças	Total
<b>Custo Intangível</b>			
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	-	17.175	17.175
Aquisições	403	-	403
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>403</b>	<b>17.175</b>	<b>17.578</b>
<b>Amortização</b>			
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	-	(11.825)	(11.825)
Amortização	-	(1.221)	(1.221)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	-	<b>(13.046)</b>	<b>(13.046)</b>
Valor residual em 01 de janeiro de 2025	-	5.350	5.350
<b>Valor residual em 30 de junho de 2025</b>	<b>403</b>	<b>4.129</b>	<b>4.532</b>

O imobilizado e o ativo intangível, são revistos anualmente para identificar se há evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado. No semestre findo em 30 de junho de 2025, não há indicativo de perdas não recuperáveis.

## 14. Passivo de contrato com clientes

Passivo de contratos com clientes refere-se a receita de taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcios de forma antecipada, que será realizada no mês de competência quando satisfeita a obrigação de desempenho. Em 30 de junho de 2025 o montante era de R\$185.517. Estes valores estão classificados em curto e longo prazo conforme quadro abaixo:

	30/06/2025
Circulante	79.237
Não circulante	106.280
<b>Total</b>	<b>185.517</b>

## 15. Outras obrigações diversas – Administradora

Os passivos da Administradora são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A conta outras obrigações diversas possui a seguinte composição:

	30/06/2025
Provisões para pagamento de comissões (a)	19.504
Provisão programa de incentivo de vendas (b)	3.183
Provisão para perdas esperadas com grupos ativos (c)	3.661
Outros débitos	8.632
<b>Total</b>	<b>34.980</b>
Circulante	31.335
Não Circulante	3.645

a) Movimentação da provisão para pagamento de comissões:

	30/06/2025
Saldo inicial	16.511
Constituição de provisão	66.842
Reversão de provisão	(63.849)
<b>Saldo final</b>	<b>19.504</b>

b) Movimentação da provisão programa de incentivo de vendas:

	30/06/2025
Saldo inicial	16.707
Constituição de provisão	12.340
Reversão de provisão	(25.864)
<b>Saldo final</b>	<b>3.183</b>

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas com grupos ativos:

	30/06/2025
Saldo inicial	-
Constituição de provisão	3.661
<b>Saldo final</b>	<b>3.661</b>

Referem-se a provisão para perdas esperadas com empréstimos a serem realizados no momento do encerramento dos grupos de consórcios administrados pela Administradora, a metodologia considera a projeção dos saldos e fluxos de caixa futuros de cada grupo, se o grupo possuiria recursos suficientes para honrar suas obrigações ou se resultaria em uma situação deficitária. No caso de uma situação deficitária, o valor do déficit é trazido a valor presente utilizando uma taxa

livre de risco, este valor é considerado como o empréstimo a realizar ao grupo de consórcio, e sobre este montante é mensurado a provisão para perdas esperadas conforme política. A mensuração de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

## 16. Provisão para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

a) Administradora

A Administradora reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para riscos cíveis e trabalhistas para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável. A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais classificadas como de perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2025:

Natureza	Provável 30/06/2025	Possível 30/06/2025	Depósito Judicial (NE 10) 30/06/2025
Trabalhista (a)	3.261	1.400	77
Tributário (b)	-	2.772	-
<b>Total</b>	<b>3.261</b>	<b>4.172</b>	<b>77</b>

(a) Trata-se de processos pleiteados por ex-funcionários da Administradora, cuja expectativa é que o desembolso ocorra em até 1 ano.

(b) Processo oriundo de compensações de créditos não homologados pelo Fisco.

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas

	30/06/2025
Saldo inicial	3.261
Adições	-
Baixa/reversão	-
<b>Saldo final</b>	<b>3.261</b>

b) Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados referente a processos de polo passivo, referente a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes destes processos são cobertos pelos recursos destes grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável envolvendo cotistas dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2025 é de R\$ 690 e não possuem provisão, pois estão vinculados a liberação de créditos. Já a probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2025 é de R\$32.501.

## 17. Recursos não procurados - Administradora

Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI. O valor de recursos não procurados em 30 de junho de 2025 é de R\$ 331.

As comunicações aos consorciados são realizadas conforme estabelecido na Lei nº 11.795/088 e na Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil. Também em consonância com a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, os recursos não procurados são divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet, com acesso pela sua página inicial e com orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados para que o beneficiário possa recebê-los.

## 18. Patrimônio líquido - Administradora

### Capital social

O capital social é de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, em 30 de junho de 2025.

### Destinação do lucro

Ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

Em 29 de julho de 2024, em reunião de quotistas, foi aprovado o pagamento aos acionistas de R\$ 3.249 sob a forma de juros sobre o capital próprio, referente a destinação de resultados apurados em 2024. O montante foi pago integralmente em 23 de janeiro de 2025.

Em 16 de dezembro de 2024, em reunião de quotistas, foi aprovado o pagamento aos acionistas de R\$ 3.192 sob a forma de juros sobre o capital próprio, referente a destinação do resultado de 2024. Os valores distribuídos sob a forma de juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e pagos integralmente em 23 de janeiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, foi destinado R\$ 23.949 de dividendos a distribuir, assegurando a distribuição de 25% do resultado do exercício ajustado aos acionistas. E em 12 de abril de 2025, em reunião de quotistas, foi aprovado a destinação de dividendos complementares no montante de R\$ 6.051, o montante total de R\$ 30.000 foi integralmente pago no dia 30 de abril de 2025.

	30/06/2025
Saldo no início do semestre	35.476
Pagamento de dividendos	(23.949)
Pagamento de dividendos complementares	(6.051)
Pagamento de JSCP	(5.476)
<b>Saldo atual no semestre</b>	<b>-</b>

### Impactos da adoção inicial dos normativos

Os efeitos dos ajustes de transição, decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23 e Resolução BCB nº 178/22 foram registrados no patrimônio líquido. Esses valores foram contabilizados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação do Patrimônio Líquido	
<b>Saldo em Patrimônio Líquido em 31/12/2024</b>	<b>169.412</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.483)
Adoção CPC 06	(307)
Efeitos Tributários	608
<b>Saldo em Patrimônio Líquido em 01/01/2025</b>	<b>168.230</b>

## 19. Lucro líquido por quota

É obtido através da divisão do lucro líquido do semestre/exercício pela quantidade média ponderada de quotas do período da demonstração financeira.

## 20. Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se a taxa de administração cobrada dos participantes dos grupos de consórcios, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 13,96% sobre o valor da referida contribuição. O valor das receitas de prestação de serviços no semestre findo em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 233.884.

Atendendo a regulamentação do BACEN na Resolução nº 120, em 2022 a Administradora adotou prospectivamente o pronunciamento técnico CPC47 – Receita de contratos com clientes, onde a taxa de administração dos consorciados contemplados passou a ser reconhecida pela competência mensal, isto é, reconhecida quando satisfaz a obrigação de desempenho, sendo as antecipações registradas na rubrica Passivo de Contrato com Clientes, sendo transferida para o resultado ao longo do tempo conforme a obrigação e desempenho é realizada.

De acordo com pronunciamento técnico CPC47, o reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar este valor quando devido. Desta forma a Administradora manteve o reconhecimento da taxa de administração dos consorciados não contemplados conforme o recebimento dos pagamentos.

## 21. Despesas com pessoal - Administradora

A conta despesa com pessoal possui a seguinte composição:

	30/06/2025
Custo com pessoal e honorários	10.521
Benefícios concedidos	2.083
Custos de encargos sociais e proventos	1.450
Custos relacionados a aposentadoria	265
<b>Total</b>	<b>14.319</b>

## 22. Outras despesas administrativas - Administradora

No âmbito do pronunciamento técnico CPC47, a administradora deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção dos contratos com clientes, custos estes que não teriam incorrido se o contrato não tivesse sido obtido. Desta forma, com a adoção do CPC47 a Administradora passou a registrar os custos incrementais, que são basicamente as comissões sobre as vendas de consórcios e custos com promoção e vendas, na rubrica Despesas antecipadas, sendo amortizado ao resultado na rubrica de comissões sobre vendas e promoções de vendas, na proporção da realização da obrigação e desempenho do contrato. As demais despesas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência mensal.

	30/06/2025
Comissões sobre vendas	(54.725)
Serviços de terceiros	(16.507)
Promoções de vendas	(8.834)
Propaganda e publicidade	(6.950)
Manutenção e conservação de bens	(4.349)
Participação nos resultados	(2.594)
Viagens	(1.696)
Depreciação e amortização	(1.719)
Custos bancários	(829)
Despesas de aluguéis	(274)
Despesas com comunicação	(161)
Perdas esperadas com empréstimos a grupos	(276)
Outras	(2.225)
<b>Total</b>	<b>(101.139)</b>

## 23. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	30/06/2025
Reversão de provisão para desvínculos	3.356
Multas e juros recebidos	1.708
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	1.668
Variações monetárias	850
Reversão de provisões operacionais	358
Outras receitas operacionais	979
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>8.919</b>
Provisão para desvínculos	(1.124)
Despesa com processos judiciais	(1)
Outras despesas eventuais	(222)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(1.347)</b>

## 24. Transações com partes relacionadas – Administradora

As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, contratos de mútuo, valor de conta aplicação todos devidamente suportados contratos entre as partes.

Transações com partes relacionadas	Ativo		Passivo	Resultado
	Aplicações financeiras	Outras contas a receber	Fornecedores	Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	(1.218)	(2.586)
Conexo Serviços Digitais Ltda.	-	42	-	(10)
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda	-	57	-	230
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	15
Venice Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	-	443
RAR Corretora de Seguros DBServer Assessoria em Sistemas de Informação Ltda.	-	26	-	(1.285)
Caixa de Assistência Sistema Saúde	-	-	(22)	(375)
Randonprev	-	-	-	(265)
Banco Randon	9.087	-	-	(9.907)
Master Sistemas Automotivos Ltda	-	-	-	(6)

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 855 e referente a benefícios de curto prazo (remuneração) e de R\$ 265 referente a benefícios de longo prazo (plano de previdência). No semestre corrente a Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho e não possui programa de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## 25. Imposto de renda e contribuição social – Administradora

- a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 no ano, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

	30/06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	98.494
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(33.488)
Adições permanentes	(374)
Exclusões permanentes	440
Outros ajustes	389
<b>Total</b>	<b>(33.033)</b>
IRPJ e CSLL correntes	(8.203)
IRPJ e CSLL diferidos	(24.831)
<b>IRPJ e CSLL registrados no resultado</b>	<b>(33.033)</b>
<b>Alíquota efetiva ajustada %</b>	<b>33,54%</b>

**b) Movimentação dos créditos tributários**

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no ativo não circulante na rubrica de “Ativos fiscais diferidos” e no passivo não circulante na rubrica de “Passivos fiscais diferidos” e estão refletidos no resultado do semestre. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

<b>Créditos tributários</b>	<b>01/01/2025</b>	<b>Constituições</b>	<b>Reversões</b>	<b>30/06/2025</b>
Provisão para perdas esperadas de empréstimos a grupos	7.196	<b>520</b>	<b>(6.832)</b>	<b>884</b>
Provisão para comissões	5.614	<b>27.482</b>	<b>(26.465)</b>	<b>6.631</b>
Provisão para riscos trabalhistas	1.109	-	-	<b>1.109</b>
Provisão para participação nos resultados	2.423	<b>3.176</b>	<b>(4.381)</b>	<b>1.218</b>
Provisão para perdas esperadas com grupos ativos	-	<b>1.245</b>	-	<b>1.245</b>
Receita diferida CPC47	(83.500)	<b>68.269</b>	<b>(83.010)</b>	<b>(98.241)</b>
Outros	6.872	<b>9.583</b>	<b>(13.809)</b>	<b>2.646</b>
	<b>(60.286)</b>	<b>110.275</b>	<b>(134.497)</b>	<b>(84.508)</b>
Ativo fiscal diferido	23.214			<b>13.733</b>
Passivo fiscal diferido	(83.500)			<b>(98.241)</b>

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Resolução BCB nº 15 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

<b>Ano de realização</b>	<b>30/06/2025</b>
2025	<b>75</b>
2026	<b>(9.239)</b>
2027	<b>(10.988)</b>
2028	<b>(10.988)</b>
2029	<b>(53.368)</b>
<b>Créditos tributários líquidos</b>	<b>(84.508)</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram embasadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período. O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando o custo de capital Administradora, é de R\$ 53.949 em 30 de junho de 2025 com uma taxa média de 11,21% a.a. com base nas projeções definidas pela Administração.

## 26. Limite de alavancagem - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil, o limite de alavancagem das administradoras de consórcios é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2025 a Administradora apresenta um limite de alavancagem de 1,57.

## 27. Limite de imobilização - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2025 a Administradora apresenta um grau de imobilização de 3,88%.

## 28. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários – Administradora

A Administradora é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às empresas Randoncorp, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das empresas Randoncorp. E, contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez total, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das empresas Randoncorp, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo. Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado.

Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Administradora são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2024 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no semestre totalizaram R\$ 805. O montante das contribuições a pagar à Randonprev em 30 de junho de 2025 é de R\$ 120 registrado na rubrica de “Outras Obrigações fiscais e previdenciárias”.

Não houve mudanças significativas no plano, no número de participantes, na taxa de juros e nas premissas durante o período findo em 30 de junho de 2025, em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2024.

## 29. Gestão do capital

A área de riscos do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e social, ambiental e climático em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 4.557/17 e 4.945/2021. As tabelas do Relatório de Pilar 3 aplicáveis ao Conglomerado encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico [www.bancorandon.com.br](http://www.bancorandon.com.br).

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Conglomerado decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Conglomerado adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

### Risco de mercado e Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Também é mensurado o IRRBB sobre as exposições classificadas na carteira bancária do Conglomerado, através da apuração do valor atual e prospectivo dos instrumentos detidos que sejam sensíveis a alteração das taxas de juros praticadas no mercado, os impactos se observam através dos descasamentos gerados entre as operações ativas e passivas. A adequação se dá através dos limites, políticas e controles que estejam de acordo com as estratégias de negócio.

#### Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Conglomerado mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a abordagem padronizada (RWAOPAD).

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira do Conglomerado honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Conglomerado, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

#### Risco Social, Ambiental e Climático

Entende-se por Risco Social, Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de tais riscos, conceituados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esses riscos, o Conglomerado criou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/21, e observa este conteúdo em suas atividades e em seus negócios.

#### Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Conglomerado, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

A estrutura e o gerenciamento do capital são realizados pela instituição líder do Conglomerado Prudencial Randon, considerando os dados financeiros consolidados e os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

## **30. Resultado não recorrente**

São resultados de eventos não usuais e não relacionados com a atividade da Administradora ou, ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2025 não foram identificados resultados não recorrentes.

## **31. Eventos subsequentes**

A Randoncorp S.A. celebrou, em 7 de abril de 2025, Acordo de Investimento com a Kamaroopin Gestora de Recursos Ltda. (KMP), por meio dos fundos KMP Growth Capital Fund II e Patria High Growth KMP Coinvestimento I. A operação prevê a reestruturação societária das controladas Randon Administradora de Consórcios Ltda. e Randon Corretora de Seguros Ltda., por meio da constituição de uma holding que consolidará a participação nessas sociedades, possibilitando a entrada da KMP como acionista indireta.

A KMP mediante a subscrição de ações preferenciais da nova holding, pode alcançar até 20% de participação no capital social. A transação visa impulsionar a expansão escalável e sustentável das soluções em consórcios e seguros, alavancando sinergias estratégicas. O fechamento da operação já foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e está aguardando aprovação pelo do Banco Central do Brasil (BCB).

Em 21 de julho de 2025 foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 6.744 relacionados resultado do primeiro semestre do exercício social de 2025, cujo pagamento está previsto para ocorrer até 30 de agosto de 2025.

**Diretoria**

**Augusto Giongo Letti**  
Diretor

**Rodrigo de Gasperi Portella**  
Diretor

**Daiane Vitt Borsoi Rossi**  
Contadora  
CRC-RS 103.559/0